

## CONFINTEA VI: DOCUMENTO FINAL CONFERENCIA REGIONAL MEXICO

### BORRADOR CON LAS INCORPORACIONES DE LOS COMENTARIOS FINALES DE LA ULTIMA SESION *TEXTO NO OFICIAL*

Traducción al Português: ICAE

#### CONSIDERAÇÕES GERAIS

“Da alfabetização à aprendizagem ao longo de toda a vida” é o grande desafio a que somos convocados por esta conferencia regional.

Em outras palavras, o desafio de passar de uma alfabetização inicial - que é como continua sendo entendida a alfabetização de pessoas jovens e adultas em muitos países da região – a uma visão e uma oferta educativa ampla que inclua o ensino e, ao mesmo tempo, reconheça e valide as aprendizagens das pessoas não apenas na idade adulta, mas sim em todas as dimensões e por toda a vida: na família, na comunidade, no trabalho, através dos meios de comunicação de massa, na participação social, no próprio exercício da cidadania.

A educação é um direito fundamental, uma chave que permite o acesso aos direitos humanos básicos, tais como saúde, moradia, trabalho e participação, entre outros, possibilitando, além disso, o cumprimento das agendas globais, regionais e locais de desenvolvimento.

Isso implica reconhecer que estamos diante de um paradigma que concebe o ser humano como sujeito da educação, possuidor de saberes singulares e fundamentais, criador de cultura, protagonista da história, capaz de produzir as transformações urgentes e necessárias para a construção de uma sociedade mais justa.

Uma concepção que contempla não apenas a educação formal, mas incorpora e revaloriza a educação não formal e popular; e supera a visão individualista da aprendizagem, ao propor uma construção social do conhecimento em comunidades de aprendizagem que propiciem o encontro intercultural, intersetorial, entre as gerações, e a proteção do meio ambiente.

Nesta perspectiva, a alfabetização é um ponto de partida necessário, mas não suficiente, para que no século XXI cada indivíduo possa dar continuidade a suas aprendizagens e complementá-las ao longo de toda a vida, e assim exercer seus direitos de cidadania.

#### ESPECIFICIDADE E HETEROGENEIDADE DA REGIÃO

A América Latina e o Caribe constituem uma região sumamente heterogênea e com grandes especificidades; É formada por 41 países e territórios, nos quais se falam cerca de 600 línguas e cujas realidades são muito diversas em todos os sentidos, inclusive o educativo e, especificamente, o da educação de pessoas jovens e adultas (EPJA). Esta diversidade entre países, e no interior de cada país, exige cautela no momento das

generalizações e um grande esforço de diversificação, elaboração e melhoramento de políticas e programas, adequando-os a contextos e grupos específicos, levando em conta, entre outras diferenças, a idade, o gênero, a raça, a regionalidade, as diferentes capacidades e culturas.

Esta é também a região menos equitativa do mundo, com 71 milhões de pessoas vivendo na indigência e cerca de 200 milhões de pobres. Exclusão educativa e exclusão política, econômica e social são todas caras da mesma moeda. A EPJA se encontra justamente nesta disjuntiva: entender que a educação é uma ferramenta fundamental para lutar contra a pobreza e a exclusão social, mas também saber da impossibilidade de resolver esse problema exclusivamente a partir do campo educativo, na ausência de mudanças estruturais e sem a convergência de outras políticas.

Os diversos contextos socioeconômicos, étnicos e culturais da região colocam cada vez mais obstáculos à alfabetização e outras formas de aprendizagem entre jovens e adultos. Entre esses fatores figuram: o desemprego, a exclusão social, as comunicações, as migrações, a violência, as disparidades entre homens e mulheres, todos eles vinculados, em grande medida, à pobreza estrutural. E isso tudo agravado nos últimos tempos pela crise alimentar, pela crise energética e pelas mudanças climáticas.

## AVANÇOS

Nos últimos anos, a EPJA tem tido um renovado impulso na região, depois de um período de recesso nos anos 1990, tanto por parte de governos como de organismos internacionais. Houve avanços significativos no plano legal e de políticas na maioria dos países, no que se refere ao reconhecimento à educação, bem como da diversidade lingüística e cultural dessas nações. Particularmente, nas agendas nacionais e internacionais foram reativados os planos, programas e campanhas de alfabetização na maioria dos países. Da mesma forma foram institucionalizadas ofertas para que jovens e adultos completassem e recebessem certificação de seus estudos de educação primária e secundária, em alguns casos vinculados a programas de capacitação e formação para o trabalho.

A oferta educativa não-formal ampliou-se consideravelmente, abrangendo tópicos bem diversos vinculados a direitos, cidadania, saúde, violência intrafamiliar, HIV/AIDS, proteção do meio ambiente, desenvolvimento local, economia social e solidária, etc. Em alguns países foram conseguidos avanços na paridade de gênero. Também começou a ter visibilidade o atendimento a grupos especiais como migrantes e pessoas encarceradas. Os meios audiovisuais e o uso das TICs penetraram no campo da EPJA, em alguns casos a partir de investimentos e intervenções governamentais e da cooperação internacional.

Em alguns poucos países, a EPJA apresentou importantes progressos em termos da construção de sistemas de informação, documentação, monitoramento e avaliação dos programas. Também houve nos últimos anos um impulso à pesquisa, tanto nacional como regional. A cooperação Sul-Sul foi ativada em muitos desses âmbitos com iniciativas regionais e sub-regionais de diversas naturezas.

## DESAFIOS

Não obstante, cada um desses avanços apresenta, ao mesmo tempo, novos e velhos desafios. Continua sendo grande a distância entre o que está normatizado em leis e políticas e o que é efetivamente realizado, havendo necessidade de uma construção mais participativa das políticas e de sua vigilância social por parte da cidadania e, especificamente, por parte dos sujeitos da EPJA.

A cobertura dos programas governamentais e não governamentais continua sendo geralmente limitada para as necessidades e para a demanda efetiva, e continua marginalizando as populações rurais, indígenas e afro-descendentes, migrantes, pessoas encarceradas e com necessidades educativas especiais, mantendo ou inclusive aprofundando a brecha, em lugar de reduzi-la

A estratégia de englobar em uma mesma denominação jovem e adulta, não pode perder de vista as especificidades e os desafios de cada faixa etária, considerando-se que a juventude é na região um grupo majoritário. Da mesma forma, vem sendo priorizada a oferta educativa para certas idades, em geral até os 35 ou 40 anos, deixando de fora as pessoas mais idosas, negando assim seu direito à educação e contrariando a própria adoção do paradigma da aprendizagem ao longo de toda a vida.

A diversificação e a descentralização da oferta educativa requerem coordenação e articulação entre os diversos atores: governos nacionais e locais, sociedade civil, sindicatos, igrejas, empresa privada, organismos internacionais, entre outros.

Em vários países a paridade de gênero vem sendo considerada como uma necessidade que afeta particularmente as mulheres de povos indígenas e os meninos e homens do Caribe de língua inglesa, desde a educação inicial até a universitária e também no campo da EPJA, o que exige políticas e estratégias de ação positiva.

Falta aproveitar melhor, com mais sensibilidade e com espírito comunitário, as novas tecnologias para fins educativos, e aprender das lições práticas que a experiência vai deixando nos países que fizeram incursões pioneiras neste terreno. Também é preciso avançar em termos de monitoramento e avaliação, especialmente no que se refere à avaliação do aprendizado, e também divulgar mais e aproveitar melhor os resultados de pesquisas já existentes, tanto para alimentar as políticas como para melhorar a prática.

Permanecem como problemas pendentes, entre outros: o sub-financiamento crônico da educação de pessoas jovens e adultas, sua grande vulnerabilidade em termos de participação, institucionalização e continuidade de políticas e programas.

Também é necessário dar uma atenção especial à formação de educadores e à pesquisa para a EPJA, em um marco pedagógico-didático que permita atender os diferentes contextos e a especificidade do campo, apoiando-se para isso nas universidades.

Do ponto de vista de sua coerência com a equidade, é necessário reverter as atuais tendências, dando prioridade e atenção, com qualidade e pertinência, às regiões, setores e grupos em desvantagem, como são nesta região as populações rurais, migrantes, afro-descendentes, e pessoas encarceradas e com necessidades educativas especiais.

## ESTRATÉGIAS E RECOMENDAÇÕES

Reconhecer que a realização plena do direito humano à educação de pessoas jovens e adultas está condicionada à implementação de políticas de superação das profundas desigualdades econômicas e sociais dos países e da região.

### POLÍTICAS

1. Reconhecer a EPJA como um direito humano e cidadão que implica maior compromisso e vontade política dos governos, nacionais e locais, na criação e fortalecimento de ofertas de aprendizado de qualidade ao longo de toda a vida, assegurando que a EPJA desenvolva políticas orientadas a reconhecer direitos de diversidade cultural, lingüística, racial, étnica, de gênero, e inclua programas que se articulem com a formação para o trabalho decente, para a cidadania ativa (DDHH) e a paz, de maneira que se fortaleça e promova o empoderamento das comunidades.
2. Promover políticas e legislação que integrem a EPJA aos sistemas de educação pública, e garantir sua aplicação, estimulando mudanças nas estruturas que as façam mais flexíveis e promovam a adequação das normas, com a criação de observatórios de cidadãos para acompanhamento das políticas e do uso de recursos.
3. Construir mecanismos de coordenação no nível nacional que ajudem a estabelecer uma política integral para promover um trabalho intersetorial e interinstitucional, que articule as ações do estado com a sociedade civil (movimento social organizado, igreja, sindicatos, empresários, entre outros) e possibilite uma abordagem holística, bem como o acompanhamento e o controle social.
4. Há que seguir buscando enfoques que fortaleçam e garantam a aprendizagem ao longo de toda a vida, o que inclui a alfabetização e a educação básica, o fomento à leitura e à cultura escrita para a criação de ambientes letrados, como diferentes ferramentas para a superação da desigualdade e da pobreza na região e para a construção de alternativas de desenvolvimento. Neste sentido é fundamental a valorização da educação popular e não formal.
5. Elaborar políticas de formação inicial e permanente de educadores de pessoas jovens e adultas com a participação das universidades, dos sistemas de ensino e dos movimentos sociais, para elevar a qualidade dos processos educativos e assegurar o melhoramento das condições profissionais dos educadores e funcionários.

### FINANCIAMENTO

6. Recomendar porcentagens mais significativas dos orçamentos nacionais para a educação – pelo menos 6% do PIB – e assegurar que haja recursos específicos para a EPJA – pelo menos 3% do orçamento educativo – e estes que sejam empregados com transparência, eficácia e eficiência.
7. Assegurar recursos intersetoriais –nacionais e internacionais, de origem pública e privada – para planos, programas e projetos de EPJA com perspectiva de gênero e reconhecimento da diversidade, que possibilitem o desenvolvimento de políticas de ação positiva e financiem estudos que demonstrem o custo social e econômico da falta de nível educativo nos países da região.

FERRAMENTAS 8. Desenvolver políticas de pesquisa e sistematização de experiências educativas, promover a difusão do conhecimento, da documentação e circulação das práticas relevantes da EPJA. Fortalecer as redes Latino-americanas e do Caribe de pesquisa em EPJA.

9. Desenvolver um sistema de avaliação, informação, registro e monitoramento com parâmetros internacionais que tornem possível a formulação de políticas a partir da avaliação dos processos, sistemas e métodos, e que assegure a certificação e homologação dos conhecimentos e habilidades.

10. Impulsionar de forma intersetorial e interinstitucional a criação e elaboração de material escrito em língua materna que reflita a diversidade de conhecimento dos povos.

#### INCLUSÃO

11. Criar e implementar políticas educativas que favoreçam a inclusão, com equidade de gênero e qualidade e que contemplem, com um enfoque intercultural, as diferentes especificidades de todos os grupos populacionais dos países da região: indígenas, afro-descendentes, migrantes, populações rurais e pessoas encarceradas e com necessidades educativas especiais.

#### PARTICIPAÇÃO

12. Fomentar maior participação e cooperação entre a sociedade civil, os setores privados e os distintos organismos do estado e, em especial, os sujeitos da EPJA, mediante a promoção e fortalecimento da modalidade da cooperação horizontal entre os países e fortalecendo a cooperação internacional a favor da EPJA.

13. Propor que a UNESCO assuma um papel relevante e central na garantia do direito à educação e em particular na coordenação das metas estabelecidas nas conferências internacionais, e no monitoramento de suas conquistas.